

Os Males do Brasil

18 JAN 1995

A última imagem é a que prevalece, principalmente quando negativa. É inesquecível a imagem final do Congresso. A representação política que vive os seus últimos dias está confirmando o título de pior de quantas se elegeram desde a reconstitucionalização de 1946. As legislaturas do período militar pelo menos salvavam as aparências.

A preguiça e a saúva, os males do Brasil são - não se cansava de proclamar, na primeira metade do século, o "herói sem nenhum caráter", Macunaíma. Ninguém mais se lembra de que a saúva era formiga de grande efeito retórico. O dilema nacional era enfático: ou o Brasil acabava com ela ou ela acabaria com o Brasil. Nenhuma das duas. A saúva, se não acabou, perdeu a ênfase. E a preguiça pode mandar imprimir cartão com o endereço do Congresso. Nenhuma outra casa representa tão bem a indolência brasileira quanto a representação política nacional.

O Congresso convocou-se extraordinariamente para votar em janeiro tudo que não foi capaz de apreciar em 94, naqueles dois dias da semana reservados para dar uma satisfação ao eleitor. Foi preciso um esforço concentrado (quem terá inventado esse absurdo?) para, parecendo um formigueiro, justificar os gastos da convocação extraordinária.

Estes últimos dias têm sido dramáticos: muito deslocamento de parlamentares, muito vôo, muita declaração, mais nada. O interesse corporativo dos políticos se disfarça aqui e ali, mas o objetivo da

convocação extraordinária foi a anistia para fazer desaparecer num ato de mágica o crime eleitoral do senador Humberto Lucena. E, na confusão, o aumento dos próprios vencimentos no decreto legislativo que começa pelo presidente da República, inclui ministros de Estado (e, por extensão, os do STF), até premiar deputados e senadores gazeteiros.

Nem assim a representação menos qualificada da história parlamentar brasileira consegue imprimir ritmo ao ócio legislativo. Para votar medidas do interesse urgente do governo (sobre impostos e concessão de serviços públicos), camuflando a anistia vergonhosa, recorreu a um acordo de liderança e à votação simbólica. Eufemismo à parte, acordo de liderança é solução de algebeira para a incapacidade de votar no plenário: voto simbólico não passa da confirmação de que o Congresso, com muito menos deputados e senadores, poderia ter mais eficiência.

Se é legítimo que líderes de bancadas votem pelos liderados, por que não institucionalizar a solução? A Câmara e o Senado poderiam ser simbólicos e ter mais eficiência. O eleitor elegeria apenas os líderes, enquanto os liderados fariam turismo parlamentar por conta própria, sem as partes fixa e variável do subsídio. Seriam representantes honorários, e proibidos de traficar influência. A verdade é que ou se acaba com o voto simbólico ou se transforma de uma vez em simbólico o próprio Congresso.

JORNAL DO BRASIL